

QUAL A VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS DIGITAIS PELA REDE BLOCKCHAIN?



Fabiano Menke

A migração para os meios digitais, catalisada pela ocorrência da pandemia da COVID-19, traz consigo diversas inquietações. Uma delas diz respeito à questão título deste texto: Qual a validade jurídica dos documentos digitais? Quando todos convergem para o meio digital para a prática dos mais variados atos e para a celebração de contratos, a pergunta que vem é justamente a de se a forma digital poderá ser utilizada amplamente e sem nenhuma restrição ou observância de critérios.

Para a finalidade de responder os questionamentos acima, dedicaremos as linhas que seguem.

Um primeiro esclarecimento se faz necessário: utilizaremos os conceitos de documento digital ou eletrônico como sinônimos. Estaremos nos referindo, aqui, aos documentos que sejam elaborados mediante o emprego de tecnologias da informação e da comunicação, basicamente com o auxílio de recursos computacionais sob as mais variadas formas.

O segundo esclarecimento conceitual diz respeito ao que entendemos deva ser corrigido na expressão do linguajar comum, que inclusive mereceu, intencionalmente, um espaço no título do presente texto:

a rigor, o mais adequado, sob o ponto de vista jurídico, não é a referência à validade, mas sim à eficácia.

Os conceitos de validade e eficácia ocupam um espaço privilegiado no direito brasileiro, a partir dos trabalhos do grande jurista Pontes de Miranda, que sem qualquer dúvida foi quem melhor desenvolveu o conhecimento acerca desse assunto.

Nessa ordem de ideias, menciona-se a validade enquanto requisito de validade do negócio jurídico. Negócios jurídicos são declarações de vontade produzidas por sujeitos de direito com o intuito de autorregramento de relações. Exemplo clássico de negócio jurídico é o contrato. Mas também é negócio jurídico o testamento.

Faz-se, portanto, o que se poderia chamar de teste do plano da validade, dado que em certos e determinados casos, como na previsão legal da obrigatoriedade da escritura pública para os negócios envolvendo a transferência de direitos reais (ex.: propriedade) com valor acima de trinta salários mínimos¹, dever-se-á seguir a forma prescrita ou não da defesa em lei, a teor do que determina o art. 104 do Código Civil², sob pena de invalidade. A forma é a maneira de expressão de determinado fato jurídico, como o contrato: podemos cogitar do emprego da forma verbal, da forma escrita no suporte físico do papel, da forma escrita no suporte eletrônico, da forma escrita mediante o emprego de escritura pública, entre outras possibilidades. O legislador, então, pode determinar que uma forma seja seguida, como no caso das transações envolvendo, por exemplo, a compra de um imóvel com valor acima de trinta salários mínimos.

Assim, falar-se-á em invalidade sempre que determinado ato ou negócio seja celebrado sob forma incompatível com o que a lei determinar.

Ocorre que, como regra geral, a lei não exige ou proíbe determinada forma. Isso porque vigora no Brasil a regra da liberdade de formas, contida no art. 107 do Código Civil³, bem como a regra prevista no art. 369 do Código de Processo Civil⁴, que concede às partes o direito de empregar todos os meios legais bem como os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos.

Com o incremento da utilização das novas tecnologias para a contratação, a doutrina brasileira também procedeu reflexões em torno do documento eletrônico como meio de prova. Nesse contexto, Augusto Tavares Rosa Marcacini aportou a relevante contribuição de que, na sua origem, a palavra documento não está atrelada a um suporte físico, mas indica, em verdade, o docere, que é a transmissão de um fato. Não haveria, portanto, vinculação exclusiva do conceito de documento a um meio tangível, sendo plenamente coerente com o nosso ordenamento jurídico a aceitação do documento eletrônico como meio de prova da declaração de vontade⁵.

E é nesse ponto que se passa a adentrar no plano da eficácia. Não se perquire mais se a forma é permitida ou proibida (plano da validade), mas sim qual a força de convencimento que a forma eleita deverá merecer.

Não é por outra razão que o Código de Processo Civil prevê uma Subseção I, intitulada “Da Força Probante dos Documentos” (arts. 405-429), interna à matéria “Da Prova Documental”⁶, e no jargão da área fala-se em prova “mais ou menos robusta”.

Neste contexto, é sempre oportuno novamente citar Pontes de Miranda, que, com razão, defendeu que a prova não se direciona exclusivamente ao juiz, se valendo do exemplo do empresário que, com grande volume de negócios, paga suas dívidas conforme os documentos que lhe são apresentados e que tenham a aptidão de convencimento⁷.

Nossa primeira conclusão, portanto, é a de que não se pode, a priori, falar em invalidade ou ineficácia do documento, de um ato ou de um contrato celebrado no meio digital. O correto é verificar se o ato ou negócio específico exige determinada forma. Se não for esse o caso, far-se-á a escolha de determinada forma, por exemplo: as partes optam por celebrar um contrato de compra e venda de um computador usado pela mera troca de correios eletrônicos ou até mesmo por troca de mensagens de aplicativos de conversa.

Posteriormente, em havendo litígio e impugnação de forma, tocará ao juiz examinar se a forma eleita e as provas da contratação são suficientes para convencer de que o contrato se estabeleceu e que o conteúdo da avença é aquele que se pretende reconhecer.

Mas a que aspectos deverá atentar o juiz ou até mesmo qualquer pessoa que tenha de atribuir valor a um documento digital? Nesse ponto, nos auxilia a doutrina que sobre a temática já pesquisou. No Brasil, há que se citar a pioneira obra de Cesar Santolim, que, ainda em 1995, defendia o posicionamento de que para a manifestação de vontade ser levada a efeito pelo meio eletrônico seria necessário que o meio utilizado não fosse adulterável sem deixar vestígios e que se fizesse possível a identificação do emitente da declaração vontade⁸. Aqui, Santolim tecia considerações relacionadas não ao plano da validade, mas sim ao plano da eficácia e ao poder de convencimento que as declarações de vontade veiculadas pelo meio eletrônico deverão merecer.

Podemos considerar, portanto, declarações de vontade veiculadas por documentos eletrônicas que tenham maior ou menor poder de convencimento, tanto de seu conteúdo (integridade) quanto de sua autoria.

Não se pode, por exemplo, descartar que algum valor jurídico seja atribuído a um documento eletrônico que contenha a assinatura digitalizada (imagem da assinatura) de alguma pessoa. Ocorre que, na hipótese de impugnação dessa assinatura num processo judicial, o ônus da prova de que aquele documento é autêntico cabe à parte que traz o documento ao processo⁹. É essa parte que deverá incorrer no esforço de por algum meio obter êxito na demonstração de que o documento em questão foi efetivamente assinado pelo suposto autor da declaração de vontade.

Mas é possível agregar ao documento mecanismos mais robustos de comprovação de autoria e de integridade, como as assinaturas eletrônicas de que tratam a Medida Provisória nº 2.200-2 de 2001 (MP 2.200-2) e a Lei nº 14.063/2020.

Por meio da MP 2.200-2 foi criada Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), composta por uma Autoridade Gestora de Políticas, o Comitê Gestor da ICP-Brasil, uma Autoridade Certificadora Raiz, que é responsável por auditar e credenciar as Autoridades Certificadoras, que, juntamente com suas Autoridades de Registro e demais instalações a elas vinculadas, identificam usuários para que estes utilizem assinaturas digitais como substitutas da assinatura manuscrita e como ferramenta de identificação no meio eletrônico.

A utilização destes procedimentos técnico-operacionais embasou a mencionada equiparação da assinatura digital à assinatura manuscrita, a partir do aproveitamento do artigo 131 do Código Civil de 1916, hoje reproduzido integralmente no artigo 219 do Código Civil de 2002¹⁰. De acordo com o Art. 10, §1º, da Medida Provisória nº 2.200-2: “As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 – Código Civil”.

O legislador da MP nº 2.200-2/2001 dispôs que apenas a assinatura eletrônica produzida com dispositivos obtidos no âmbito da ICP-Brasil gozará, *a priori*¹¹, dos mesmos efeitos jurídicos que uma assinatura manuscrita. A equivalência funcional, no caso do art. 10, §1º da MP nº 2.200-2/2001, é estabelecida a partir da remissão ao “processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil”. Esse processo de certificação da ICP-Brasil, por sua vez, remete às normas, aos critérios e procedimentos previstos na própria MP nº 2.200-2/2001, mas cuja grande densidade normativa encontra-se nas resoluções editadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil¹².

A Lei Federal nº 14.063 de 2020, por seu turno, complementando MP 2.200-2, dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e criou espécies de assinaturas eletrônicas.

A assinatura eletrônica baseada na MP 2.200-2 é denominada, no âmbito da Lei nº 14.063, de assinatura eletrônica qualificada. Além dessa espécie, previu a assinatura eletrônica simples e a assinatura eletrônica avançada. O Decreto Federal nº 10.543 de 2020 regulamentou a Lei nº 14.063, agregando hipóteses nas quais se utiliza cada modalidade de assinatura eletrônica.

Mas e diante de toda essa realidade, como fica o blockchain?

Princípio-se conceituando que o *blockchain*, como o próprio nome indica, consiste em encadeamento descentralizado de blocos de informações. Isso significa dizer que é possível veicular documentos, atos e contratos eletrônicos que se localizarão numa corrente de documentos. Exemplificando: um contrato pode ser celebrado no *blockchain* e o atributo de integridade será conferido justamente pela lógica

de que há um registro de informação anterior e posterior ao contrato em questão. Basicamente, não há, pois, como alterar o seu conteúdo.

No que toca à autoria do contrato celebrado no *blockchain*, é possível aplicar a mesma lógica até aqui exposta: haverá poder de convencimento maior ou menor conforme o mecanismo utilizado para identificar o subscritor. Não se pode descartar, inclusive, a combinação de assinaturas eletrônicas regradas pela MP 2.200-2 e pela Lei nº 14.063 com o *blockchain*.

Em conclusão: os mais variados métodos de comprovação de integridade e de autoria de documentos eletrônicos poderão ser escolhidos sempre que não houver forma prescrita ou proibida para o ato ou negócio que se pretenda praticar.



Todavia, de acordo com as regras vigentes no direito brasileiro, os mecanismos mais robustos para cumprir essa finalidade são aqueles baseados nas regras da MP 2.200-2, especialmente os do art. 10, §1º.

Sempre que essa modalidade de assinatura não seja empregada, caberá aos interessados, ou ao magistrado, em caso de litígio, avaliarem a força probatória da ferramenta utilizada, se valendo, inclusive, do que dispõe o art. 10, §2º da MP 2.200-2: *“O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento”*.



Fabiano Menke

Advogado, professor de Direito Civil da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Direito pela UFRGS e doutor em Direito pela Universidade de Kassel, Alemanha.



NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 Artigo 108 do Código Civil.
- 2 “Art. 104. A validade do negócio jurídico requer: I – agente capaz; II – objeto lícito, possível, determinado ou determinável; III – forma prescrita ou não defesa em lei.”
- 3 “Art. 107. A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.”
- 4 “Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.”
- 5 MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. Documento eletrônico como meio de prova. *Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, n. 1, v. 27, 1998, p. 137-180.
- 6 Ver, por exemplo, o seguinte dispositivo do Código de Processo Civil, que faz relação entre forma e plano da eficácia: “Art. 407. O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probatória do documento particular.”
- 7 Pontes de Miranda chega a afirmar que entender a prova como ato judicial ou processual seria “processualizar, gritantemente, a prova”. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado*, Tomo III, Campinas, Bookseller, 2003, p. 453.
- 8 SANTOLIM, César Viterbo Matos. *Formação e eficácia probatória dos contratos por computador*. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 33.
- 9 É o que se depreende do Art. 429 do Código de Processo Civil. Incumbe o ônus da prova quando: I – se tratar de falsidade de documento ou de preenchimento abusivo, à parte que a arguir; II – se tratar de impugnação da autenticidade, à parte que produziu o documento.
- 10 A redação do artigo 219 do Código Civil é a seguinte: “As declarações constantes de documentos assinados presumem-se verdadeiras em relação aos signatários.”
- 11 Optou-se pela expressão “a priori”, neste contexto, pois, como bem se sabe, outras espécies de assinatura eletrônica que não a baseada em processo de certificação da ICP-Brasil poderão ser aceitas como meio de prova consoante ao disposto no art. 10, §2º da MP nº 2.200-2: “O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação de autoria e de integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.”
- 12 Sobre o Comitê Gestor da ICP-Brasil, ver art. 4º da MP nº 2.200-2, bem como o Decreto nº 6.605, de 14.10.2008, que dispõe sobre sua composição, competência e funcionamento.